

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB/SC) SANTA**
2 **CATARINA.**

3 ATA Nº 01/2017

4 Ao quarto dia do mês de abril de dois mil e dezessete, às treze horas, no Auditório Antonieta
5 de Barros, junto a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, localizado no Palácio
6 Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Florianópolis - Santa Catarina realizou-se
7 a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-
8 AS-SC) com a presença dos seguintes membros: representantes da Secretaria de Estado da
9 Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC) – Valmir Francisco Comin (Membro titular
10 e Coordenador da CIB-SC), Reginete Panceri (membro suplente), Ismael de Córdova
11 (membro titular), Karina Gonçalves Euzébio (membro suplente), Ivanor Alberti (membro
12 titular), Magna Andreia de Paula Kohhan (membro titular), Paloma Mariucci (membro
13 suplente), Gisele Barbosa Sant’ana (membro titular), (Camila Magalhães Nélsis (membro
14 suplente), Carolina da Silva Rodrigues de Freitas (membro suplente) e representantes do
15 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC) – Jâniffer
16 Otto (membro titular e Presidente do COEGEMAS/SC – São João Batista/SC), Magno Rafael
17 de Borba Muñoz (suplente), Filipe Ponchielli Reis (titular), Juliano Nildo de Maria (titular),
18 Oscar Guilherme Grotmann Filho (titular), Mariana Martins Resende da Silva (suplente).
19 Ainda estavam presentes gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica,
20 secretarias regionais, associações de municípios, cuja lista de presença segue anexa. O
21 chamamento para a composição da mesa foi realizado pela Secretária Executiva da CIB-AS-
22 SC, Suzy Cristina Rodrigues. Após a composição da mesa o senhor Valmir Francisco Comin -
23 Coordenador da CIB-AS-SC iniciou a reunião dando as boas vindas a todos (as) presentes;
24 em seguida passou a palavra à senhora Jânifer Otto - Presidente do COEGEMAS, a qual
25 proferiu palavras de boas vindas a todos (as) presentes e passou a palavra ao senhor Ismael
26 de Córdova – Diretor de Assistência Social, o qual expressou as boas vindas a todos (as)
27 presentes. Na sequência o Diretor de Assistência Social passou a palavra para a Secretária
28 Executiva seguir com a ordem do dia. A ordem do dia foi considerada lida e aprovada pelo
29 Plenário: **1º Verificação da presença e da existência de quorum:** A Secretária Executiva da
30 CIB-AS-SC informou a existência de quórum, conforme o Regimento Interno da CIB-AS-SC,
31 sendo possível prosseguir os trabalhos de acordo com a ordem do dia. **2º Apresentação,**
32 **apreciação e aprovação da pauta do dia:** Suzy Cristina Rodrigues propôs a aprovação da
33 pauta, a qual foi aprovada com ressalva, feita pela Presidente do COEGEMAS, sobre a
34 apresentação do Relatório Técnico do Plano de Acompanhamento de 2016 e alterações do
35 referido plano para o ano de 2017. Sendo que a pactuação da versão do Plano de
36 Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de Santa Catarina 2017 será na reunião
37 plenária de 24 de maio de 2017, como também Jânifer solicitou a inclusão de um informe do
38 COEGEMAS. **3º Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:** Suzy comunicou que
39 a ata foi encaminhada com antecedência, sendo esta considerada lida e aprovada pelo
40 Plenário. **4º Correspondências recebidas e expedidas:** Foi informado pela Secretária
41 Executiva da CIB-AS-SC que a relação de correspondências expedidas e recebidas serão
42 enviadas para o e-mail dos representantes da CIB-AS-SC e será solicitada a postagem dessa
43 relação no site da SST/SC, pois não consta de no Regimento Interno que tais
44 correspondências devam ser impressas e entregues aos representantes. **5º Matéria de**

45 **Pactuação: Aprovação da atualização do calendário anual da CIB-AS-SC:** A Presidente
46 do COEGEMAS apresenta as três datas e municípios sugeridos a saber 22 de junho em
47 Caçador; 24 de agosto em Joinville e 20 de outubro em Chapecó. Assim o Diretor de
48 Assistência Social faz a leitura do calendário anual da CIB-AS-SC 04 de abril em
49 Florianópolis; 24 de maio em Florianópolis; 22 de junho em Caçador; 24 de agosto em
50 Joinville e 20 de outubro em Chapecó e 07 de dezembro em São José; reuniões
51 extraordinárias previstas em São Bento do Sul; Criciúma; Petrolândia e Ibirama. **Plano de**
52 **Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de Santa Catarina 2017:** Ficou
53 acordado que será realizada a apresentação e pactuação do Plano de Acompanhamento e
54 Apoio Técnico aos Municípios de Santa Catarina 2017 na reunião plenária de 24 de maio de
55 2017, para que a Câmara Técnica tenha um prazo maior para estudar e se apropriar do plano.
56 **Prorrogação da prestação de contas do FEAS até 30 de abril de 2017:** O COEGEMAS
57 solicitou que a SST/SC verificasse a possibilidade de elaborar uma resolução para prorrogar o
58 prazo. **Reprogramação anual dos saldos do FEAS para o exercício de 2017:** Jânifer
59 explanou que o decreto estadual aponta o prazo de 28 de fevereiro de 2017 para a prestação
60 de contas e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) prevê a prestação de contas dos
61 municípios até o dia 30 de abril de 2017 e o prazo para prestar contas junto ao Governo
62 Federal é entre os meses de junho e julho. Assim solicitou a possibilidade de se elaborar uma
63 resolução para ampliar este prazo devido às mudanças de gestão e sugeriu a alteração do
64 prazo do decreto. O Gerente de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social, Ivanor
65 Alberti, informou que o pedido de ampliação do prazo do decreto pode ser analisado para a
66 Casa Civil. Ainda informou que 59 (cinquenta e nove) municípios não prestaram contas, até o
67 dia 28 de fevereiro, atribuiu esse fato as mudanças de gestão. Jânifer disse que o município
68 que não prestar contas pode ser prejudicado no cofinanciamento de 2017. Ismael explicou
69 que não é pretensão do Estado que os municípios sejam prejudicados e que a SST/SC irá
70 esforçar-se para que isso não aconteça. A Presidente do COEGEMAS solicita ao Diretor de
71 Assistência que seja elaborada e publicada a resolução de prorrogação de prazo. Ismael
72 respondeu que a resolução será providenciada. **Reprogramação anual dos saldos do FEAS**
73 **para o exercício de 2017:** Jânifer perguntou qual o ano é possível reprogramar os saldos e
74 pediu para ser levada a proposta de reprogramação automática à Casa Civil para que os
75 municípios não venham a devolver os recursos. Ivanor explicou que no Governo Federal
76 acontece a reprogramação anual dos saldos do FEAS, até 31/12 de cada ano. Sendo que o
77 Governo Estadual permite a reprogramação anual dos saldos, mas apenas uma vez e os
78 municípios não utilizando os recursos no exercício seguinte devem devolver o saldo ao
79 Governo. O Gerente de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social propôs realizar um
80 estudo e submeter esse estudo para a avaliação da Casa Civil, devido ao Estado não ter um
81 instrumento para monitorar os saldos que os municípios tem em conta. Ressaltou que o
82 propósito do Estado é o uso desses recursos pelos municípios no âmbito da Política de
83 Assistência Social. O senhor Dagmar Nogueira do município de São Bento do Sul falou que é
84 de suma importância a reprogramação anual dos saldos, devido a ser um retrocesso a
85 devolução dos recursos ao Estado por erros de contabilidade, gestão e pediu ajuda ao Estado
86 para monitorar esses recursos. A senhora Cleide de São José atribuiu as falhas ao
87 andamentos dos processos no âmbito da administração pública e perguntou ao Ivanor sobre a
88 reprogramação de saldos de um ano para outro. Ivanor respondeu que com a alteração do

89 decreto é possível reprogramar de um ano para outro. A senhora, Vanei, Secretária de
90 Assistência Social de Arroio Silva disse que o recurso da Atenção Básica do ano de 2014,
91 entrou na conta do município em 2015. Entrou em contato com a SST/SC para se informar do
92 uso do recurso, recebeu a orientação que poderia utilizar 70/30 e/ou 50/50 do recurso para
93 investimento e custeio. Assim em 2016 Vanei apontou que recebeu a informação da SST/SC
94 que não poderia utilizar 70 de investimento do recurso de 2014, pois a legislação previa a
95 aplicação do recurso em custeio. No ano de 2016 receberam os recursos, referentes ao ano
96 de 2015, para a proteção básica, pois o município não conseguiu abrir a conta junto ao banco.
97 Os recursos do ano de 2016 foram recebidos pelo município, uma parte foi recebida no final
98 de 2016 e o restante no início de 2017 A Secretária de Assistência Social de Arroio Silva
99 afirmou que a maior dificuldade do município é na área de investimento, bem como na
100 prestação de contas. A Presidente do COEGEMAS explicitou que uma das angustias
101 colocadas pelo Secretário é conceder ampliação dos prazos aos municípios e esses não
102 utilizarem os recursos, uma vez que tais recursos poderiam ser repassados a outros
103 municípios e disse que o COEGEMAS também teme por essa situação. Jânifer apontou a
104 necessidade de definir critérios para o cofinanciamento e sugeriu que um dos critérios seja o
105 dinheiro em saldos de conta. Sônia da Assistência Social de Jaraguá do Sul falou que os
106 recursos para investimento foram repassados ao município de novembro/2016 a janeiro/2017
107 dificultando o uso desses recursos, assim reforça que é necessário avaliar a situação de cada
108 município. Ivanor explicou que este ano será possível reprogramar 100% (cem por cento do
109 saldo), uma vez que o Decreto 547 de 2015 prevê a reprogramação dos saldos possibilitando
110 melhoria progressiva do processo. O coordenador da CIB-AS-SC aponta que essas melhorias
111 são providas das reivindicações do COEGEMAS e o Estado está atento as reivindicações.
112 Complementou que é inadmissível a devolução de recursos pelos municípios e que é preciso
113 realizar um pacto pelo social em todos os níveis com o comprometimento de todos. Jânifer
114 questionou se há perdão aos municípios que não devolveram os recursos e não prestaram
115 contas do ano de 2014. Ana Carolina de Petrolândia sugeriu capacitar os técnicos e gestores
116 sobre o uso dos recursos estaduais e federais. Ivanor respondeu a Ana Carolina que no ano
117 de 2016 foi aplicada uma capacitação. Ana Carolina enfatizou a importância de capacitar os
118 novos gestores e técnicos. Ismael explana que quando era gestor no município de Criciúma
119 passou por dificuldades para gastar o recurso, devido ao contador ser resistente aos gastos
120 da assistência social. O Diretor de Assistência Social apontou que a estratégia é utilizar as
121 ferramentas de planejamento (Plano Pluri Anual; Plano de Ação), identificar as fontes de
122 recursos e capacitar os técnicos envolvidos nos processos da assistência social. Com a
123 palavra a Presidente do COEGEMAS solicitou como encaminhamento o perdão dos dinheiros
124 em conta. Ivanor comunicou que não é possível perdoar os municípios que não prestaram
125 contas, sendo prática injusta mudar o decreto para beneficiar tais municípios. Alertou que a
126 mudança do decreto poderá ser solicitada para que os erros cometidos não se repitam. Diante
127 do comunicado do Ivanor falou Jânifer que os municípios que não prestaram contas devem
128 fazer o procedimento e o saldo de 2016 pode ser reprogramado para 2017. Sidnei do
129 município de Caçador enfatizou que o uso dos recursos devem visar o bem-estar dos usuários
130 e solicitou que sejam pensadas alternativas para essa situação. O senhor Valmir Comin
131 explicou que a legislação não permite o perdão dos dinheiros em conta e apontou que o
132 Estado e os Municípios devem cumprir as suas responsabilidades. Sidnei perguntou se uma

133 deliberação da CIB-AS-SC pode alterar o decreto. Ivanor respondeu que a SST/SC não pode
134 autorizar algo que o Decreto veta, o que é possível fazer, desse momento em diante, é propor
135 a alteração do Decreto para a prevenção de futuras situações. Jânifer novamente perguntou a
136 Ivanor se é possível perdoar os dinheiros em conta. Ivanor respondeu que as solicitações
137 para não devolver foram feitas em 2016 e o ex-Coordenador da CIB, Geraldo Althoff, afirmou
138 que não era possível perdoar os dinheiros em contas sendo viável propor a alteração do
139 Decreto para a prevenção de futuras situações. A Presidente do COEGEMAS explicou ao
140 Sidnei que a mudança de gestão atrapalha os trabalhos, mas para que os municípios possam
141 receber novos recursos devem realizar a prestação de contas. Isso posto Jânifer solicitou
142 como encaminhamento propor a alteração do Decreto para futuras situações referentes a
143 prestação de contas. Dionei do município de Itapema trabalha com a prestação de contas
144 falou que recebeu um e-mail do Estado para prestar contas de saldos em conta e o fez no
145 início de 2017, mas o recurso solicitado para prestar contas já tinha sido usado durante o ano
146 de 2016 apontou que sendo a alteração do Decreto um ato administrativo, o mesmo pode ser
147 alterado de imediato. Ivanor explicou que o momento de alterar o Decreto não é quando os
148 municípios estão prestando contas, pois alguns municípios vão ser prejudicados e outros
149 contemplados. Jânifer pediu para que a situação levantada por Dionei fosse dada como
150 encaminhamento. Ismael ressaltou que não é possível mudar o Decreto no momento em
151 função do princípio da legalidade e propões apresentar na reunião plenária do dia 24/05 uma
152 minuta de resolução, o COEGEMAS aceitou a proposição feita por Ismael. Dionei solicitou
153 que a Lei do FEAS contemple as necessidades quanto a prestação de contas pelos
154 municípios. **Aprovação da nova composição da Câmara Técnica:** Suzy leu a minuta de
155 Resolução da nova composição da Câmara Técnica, houve alterações quanto a
156 representação do COEGEMAS. Assim, a pactuação será na reunião plenária do dia 24/05.
157 Nice explicou que as Associações de Municípios irão indicar os representantes e no dia 24/05
158 haverá a eleição do COEGEMAS. Ivanor perguntou se é paritária a representação do Estado
159 e COEGEMAS na Câmara Técnica. Nice e Jânifer disseram que a representação é paritária
160 sendo 4 representantes titulares e 4 suplentes. **6º Informes. Relatório Técnico do Plano de**
161 **Acompanhamento 2016:** Foram apresentados os resultados do referido plano pela Gerente
162 de Monitoramento e Avaliação, Magna Andreia de Paula Kohhan. Uma participante
163 questionou o não cumprimento de algumas metas devido ao reduzido quadro técnico da
164 SST/SC e não realização de concurso público. **Situação do cofinanciamento 2016:** O
165 Gerente do FEAS informou que o Cofinanciamento de 2016 ressaltando os repasses da
166 Proteção Básica foram nas datas de 31/10/2016; 29/11/2016 e 31/01/2017 e que o Governo
167 de Santa Catarina disponibiliza anteprojeto de lei do Fundo Estadual de Assistência Social
168 para consulta pública. Jânifer perguntou se o status da prestação de contas dos municípios
169 estará disponível no site da SST. Ivanor respondeu que irá solicitar a publicação do status ao
170 setor competente e informou que 59 municípios não realizaram a prestação de contas.
171 **Situação de apoio ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) - agilizar o**
172 **processo eleitoral de composição:** O Diretor de Assistência Social informou que o CEAS é
173 uma instância de controle social da política de assistência social e o mandato da Diretoria
174 acabou em 10 de março de 2017, sendo que o Edital de Eleição, demanda da Sociedade
175 Civil, deveria ser lançado em outubro de 2016, de acordo com o Regimento Interno e a Lei do
176 CEAS, mas o Edital não foi lançado e assim a eleição não aconteceu em tempo hábil. Ismael

177 explicou que a partir da posse do Secretário Valmir Comin, o mesmo tomando conhecimento
178 desse fato tomou as providências para regularizar a situação do CEAS e que não houve
179 comunicação formal da Diretoria do CEAS quanto às dificuldades sobre o processo eleitoral.
180 Continuou Ismael explicando que na plenária do CEAS em fevereiro de 2017 foi cogitada a
181 prorrogação de mandato, dessa maneira foram consultados o Conselho Nacional de
182 Assistência Social (CNAS) e a Consultoria Jurídica da SST/SC. Essas duas instâncias
183 responderam que a prorrogação não era possível, pois fere o Regimento Interno e a Lei do
184 CEAS, acrescentou o CNAS que essa situação não aconteceu em nenhum Estado da
185 Federação. Ismael apontou que no ano de 2014 a prorrogação de mandato foi feita de forma
186 ilegal. Diante disso o Secretário Valmir Comin entrou em contato com o Ministério Público do
187 Estado com o propósito de verificar e agilizar o posicionamento da SST/SC já que é um
188 movimento da sociedade civil e o Estado não pode intervir. Ismael explicou que foram
189 acordados prazos com o Ministério Público do Estado no dia 31 de março de 2017 foi
190 publicado o Edital de Eleição e o prazo final encerra-se no dia 06 de junho com a posse dos
191 (as) Conselheiros (as), sendo que o processo eleitoral está sendo acompanhado por uma
192 comissão. Ana Carolina expressou a preocupação dos municípios quanto à realização das
193 Conferências Municipais de Assistência Social e a elaboração dos Planos Municipais de
194 Assistência Social, já que Os municípios dependem das orientações do CEAS. Perguntou Ana
195 Carolina como o Estado está pensando a orientação aos municípios devido estar previsto o
196 fim do processo eleitoral do CEAS em junho de 2017. A Diretoria de Assistência Social disse
197 que está pensando as estratégias junto com a Gerência de Gestão da Política de Assistência
198 Social (GEPAS) e pretende contar com a ajuda da estrutura das Associações de Municípios
199 para capacitar os municípios sobre as Conferências e o Plano Municipal de Assistência
200 Social. Maria Eunice apontou a preocupação quanto às questões de aporte do Estado, como
201 a escolha de delegados (as), em relação às Conferências Municipais. Ismael respondeu que
202 as técnicas lotadas na Diretoria de Assistência Social estão participando de capacitações
203 sobre as Conferências Municipais para poder dar o aporte aos municípios. Jânifer comunicou
204 o recebimento pela prefeitura de São João Batista, por e-mail, o edital de convocação das
205 entidades para compor o CEAS. Agradeceu a proposição do Estado referente a orientação
206 sobre as Conferências Municipais e solicita que a Secretária Executiva do CEAS envie as
207 informações sobre as Conferências antes da eleição da nova Diretoria do CEAS. Ainda
208 informou que os informes do COEGEMAS foram dados na reunião do período da manhã,
209 como os mesmos municípios estão presentes na reunião da CIB os informes não iam ser
210 dados novamente. **Situação dos processos de construção de CRAS, CREAS e**
211 **CENTRODIA:** Com a palavra o Coordenador da CIB informou que desde o ano de 2016 as
212 obras de construção desses equipamentos foram iniciadas, sendo que alguns equipamentos
213 de assistência social foram entregues e por diversas razões algumas obras ainda não foram
214 concluídas. Falou que a partir da sua posse imprimiu um ritmo de celeridade e parceria com
215 as prefeituras, técnicos das regionais e da SST/SC, afim de finalizar tais obras. Visitou todas
216 as regionais para reforçar um pacto de corresponsabilidade. O senhor Valmir Comin disse que
217 está sendo aberto um canal de comunicação entre as partes envolvidas nesses processos
218 com o propósito de finalização das obras e caso as obras não sejam concluídas até
219 outubro/2017 o valor deve ser devolvido. Comunicou que o BIM (Building Information
220 Modeling ou Building Information Model) está sendo implementado no Estado como

221 ferramenta de acompanhamento dos projetos e processos e que no dia 07 de maio estará
222 sendo lançado o primeiro edital, no dia 16 ou 17 de maio o segundo edital para a conclusão
223 das 44 obras referentes aos equipamentos de assistência social, totalizando o valor dessas
224 em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). **Programa Criança Feliz.** O Coordenador
225 da CIB comentou sobre o Programa Criança Feliz (Programa do Governo Federal), o qual é
226 um dos assuntos no FONSEAS (Fórum Nacional de Secretários (as) da Assistência Social) e
227 na CIT (Comissão Intergestores Tripartite), sendo que os estados de Santa Catarina e Minas
228 Gerais não aderiram a tal programa. Disse ainda que ficou sensibilizado diante da colocação
229 do Ministro de Desenvolvimento Social sobre o referido programa. Comentou sobre a
230 postergação da vinda do Ministro do Desenvolvimento Social ao estado. Apontou que dos 295
231 municípios do estado, 61 são elegíveis e 12 aderiram ao Programa Criança Feliz e a
232 informação do Ministério é caso o estado não aderir ao programa o Governo Federal irá
233 articular esse diretamente com os municípios. Enfatizou que a FECAM (Federação
234 Catarinense de Municípios) realizou algumas ressalvas ao programa. O COEGEMAS fez
235 entrega de ofício com posicionamento oficial do Colegiado acerca do Programa Criança Feliz,
236 entrega feita com protocolo do Secretário Comin. **Previsão de cofinanciamento estadual
237 para 2017.** Em relação ao cofinanciamento o senhor Valmir Comin disse que ficou surpreso
238 ao saber que o Estado não efetuou os repasses aos municípios referentes aos anos de 2015
239 e 2016. Ressaltou a insolvência e crise econômica de alguns estados como o Rio Grande do
240 Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Enfatizou que o estado de Santa Catarina fez as reformas
241 necessárias junto a Assembleia Legislativa dando segurança jurídica e não houve o aumento
242 de impostos. Falou que de acordo com os dados do CONADE (Conselho Nacional das
243 Pessoas com Deficiência) dos 38.000 (trinta e oito mil) novos postos de trabalho 14.858
244 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e oito) são do estado de Santa Catarina. Explicou que o
245 estado de Santa Catarina também passou por crise econômica, mas está superando a crise,
246 e, assim está sendo discutido com a equipe da Secretaria da Fazenda e anuência do senhor
247 Governador do Estado o aporte financeiro da média complexidade nos meses de junho e/ou
248 julho. Quanto o aporte financeiro da alta complexidade no decorrer de agosto e setembro será
249 discutido com a equipe da Secretaria da Fazenda com a previsão de quitar o cofinanciamento
250 do ano de 2017 até dezembro. A Presidente do COEGEMAS perguntou sobre a previsão
251 orçamentária para 2017, conforme estudo da Câmara Técnica. O Coordenador da CIB
252 respondeu que a previsão orçamentária do ano de 2017 monta de R\$ 35.000.000 (trinta e
253 cinco milhões de reais); a média complexidade é R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a
254 partir de junho; básica de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e o estado estará
255 buscando executar o restante desse montante para a alta complexidade. Jâniffer enfatizou
256 que o orçamento difere da execução financeira. Valmir Comin explicou que no dia 24 de maio
257 será pactuado a execução financeira de 2017 e a partir de junho o estado irá iniciar a
258 execução financeira de 2017. Régia sugeriu que na reunião plenária do dia 24 de maio sejam
259 discutidos e aprovados os critérios, o cronograma do cofinanciamento de 2017 e
260 providenciadas as documentações necessárias, afim de se evitar que os recursos sejam
261 repassados nos meses finais do ano e no início de 2018. Bem como esses critérios sejam
262 perpetuados visando dar continuidade aos processos de cofinanciamento vindouros. Jânifer
263 propõe como encaminhamento reunir a Câmara Técnica para elaborar a resolução e analisar
264 os critérios para repasse de recursos. Eunice apontou que a Câmara Técnica do COEGEMAS

265 reuniu-se em fevereiro de 2017 e estabeleceram os critérios para o repasse de recursos,
266 podendo esses serem revisados. Sendo necessário a definição dos valores para se efetuar a
267 divisão aos municípios. Uma vez que, do estabelecimento dos valores define-se os pisos.
268 Ivanor observou a necessidade de pactuar-se esses fatores de uma única vez, para se definir
269 prazos únicos, com anuência do CEAS, da proteção básica e média complexidade. Uma
270 participante perguntou a Régia sobre a discussão sobre o cofinanciamento numa reunião da
271 CIB realizada em São José/SC, sugeriu-se que os recursos iriam ser repassados aos
272 municípios, e, esses junto com os Conselhos Municipais de Assistência Social aplicariam os
273 recursos conforme a necessidade. A Secretária Adjunta disse que naquele momento os
274 municípios tinham uma proposta e explicou que esse assunto está sendo discutido na SST e
275 na próxima reunião o Gerente do GFEAS irá apresentar os avanços. Ivanor falou que o ideal é
276 que o estado financie todas as proteções conforme o formato do Governo Federal em blocos
277 de financiamento e estão sendo dados passos para isso se concretizar. Ainda, explicou Ivanor
278 quando a CIB e o CEAS se pactuam e deliberam o recurso é para uma finalidade específica.
279 Porém, o CEAS não pode deliberar sem conhecer as especificidades da destinação dos
280 recursos. Ivanor explicou que tal sugestão foi apontada pelos municípios devido ao estado
281 não estar financiando todas as proteções. Uma participante falou que cada município tem
282 suas especificidades e necessidades e sugere que os critérios de repasse dos recursos sejam
283 definidos sem entraves à aplicação desses, afim de se cumprirem os prazos. O Gerente do
284 GFEAS explicou, mediante a sugestão, sobre o processo operacional e suas barreiras
285 referentes ao repasse dos recursos. Ressaltou que a exemplo do Governo Federal o estado
286 pode deixar que os municípios escolham os percentuais de investimento e custeio. Eunice
287 explanou que a minuta da Lei do FEAS é uma oportunidade de propor e alterar as regras que
288 regem o Fundo Estadual de Assistência Social. O Secretário Municipal de Assistência Social
289 de Guaramirim/SC, Valério, perguntou ao Coordenador da CIB se há possibilidade de se
290 conseguir um percentual para a Assistência Social do Fundo Social. O senhor Valmir Comin
291 respondeu que o estado está trabalhando para isso e que temos um grande problema social,
292 são 155.000 (cento e cinquenta e cinco mil) famílias sem casa própria; 280.000 (duzentos e
293 oitenta mil) famílias sem escritura da sua residência – impossibilitando de fazer melhorias nas
294 suas residências. Enfatizou o Coordenador da CIB que segurança pública e assistência social
295 são fundamentos da sociedade, sendo o seu papel de sensibilizar o Governo do Estado para
296 alocar recursos nas ações da Política de Assistência Social, como operacionalizar os recursos
297 e ações os trabalhadores (as) da assistência social sabem com propriedade. Solicitou a ajuda
298 dos líderes para incentivar os executivos a destinarem recursos ao FUNDAM (Fundo de Apoio
299 aos Municípios). Disse Valmir Comin que o estado pretende ter um novo programa de
300 regularização fundiária. Ainda com a palavra o Coordenador da CIB explanou sobre a
301 prospecção de investimento do estado R\$ 100.000, 00 (cem milhões de reais) investidos em
302 habitação, será revertido à construção civil do estado R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de
303 reais), dando dignidade a 10.000 (dez mil) famílias. Enfatizou que o estado deve promover a
304 dignidade, autoestima e o sustento aos cidadãos em vulnerabilidade social, em situação de
305 pobreza. Ana Carolina ressaltou a humildade, sensibilidade do senhor Valmir Comin,
306 Coordenador da CIB, diante da Política de Assistência Social e em estar aberto em buscar e
307 aprender e disse que se todos os gestores tivessem essa percepção a gestão da assistência
308 social teria avanços significativos. Apontou Ana Carolina que a pasta da assistência social

309 ainda agrega outras políticas, mas não se pode perder a essência da Política de Assistência
310 Social. Lembrou Ana Carolina que exerceu a função de Secretária Municipal de Assistência
311 Social por 5 mandatos, nesse período vivenciou situações indesejadas, mas hoje se sente
312 com esperança diante desta reunião e se coloca a disposição para ajudar na gestão estadual.
313 O senhor Dagmar solicitou ajuda do Coordenador da CIB para desjudicialização da
314 assistência social, em especial, junto ao Ministério Público. Ainda, Dagmar solicitou que o
315 senhor Secretário eleve a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação,
316 devido a sua importância aos cidadãos que são usuário e necessitam da Política de
317 Assistência Social. Sugeriu ao Ivanor que se articule com a FECAM, afim de informar e dar
318 suporte aos municípios que ainda não prestaram contas. Também sugeriu Dagmar que o
319 Pacto por Santa Catarina alie-se as organizações locais para a implantação e implementação
320 de projetos sociais. Com a palavra Jâniffer solicitou que o estado faça o informe do
321 CapacitaSUAS (Programa Nacional de Capacitação do SUAS), último informe da reunião.
322 Ismael, Diretor de Assistência Social, informou sobre a realização do Seminário de Trabalho
323 Social com as Famílias no dia 10/05, junto a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina),
324 das 09:30 hmin às 18:00 h, com palestrantes de renome nacional. Ismael informou ainda que
325 o CapacitaSUAS está sendo realizado em nos polos de Blumenau, Chapecó, Lages e
326 Tubarão os cursos de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais
327 do SUAS e Implementação de Ações do Plano Brasil sem Miséria (BSM); Curso de Introdução
328 ao Exercício do Controle Social do SUAS; Atualização em Vigilância Socioassistencial do
329 SUAS; aplicado pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). A Presidente do
330 COEGEMAS perguntou ao Coordenador da CIB qual o procedimento sobre problemas nas
331 obras dos equipamentos de assistência social. O Coordenador da CIB respondeu que está
332 sendo realizado o contato pela equipe do pacto da SST com os municípios contemplados com
333 as obras e o sistema BIM será implantado na SST para acompanhar os projetos, bem como
334 as obras. O senhor Valmir Comin, Coordenador da CIB, agradece a presença de todos (as).
335 Nada mais havendo a tratar, eu Suzy Cristina Rodrigues, Secretária Executiva da CIB-AS-SC,
336 lavro a presente Ata.